

Artigos

Preservação Digital: Análise da temática nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil

Digital Preservation: An analysis of the subject in the curricula of Brazilian undergraduate Archival Science program

Iasmim Gueze Baece | Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); graduanda no Curso de Arquivologia; Vitória, ES. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1734-6158>. Email: iasmim.baece@edu.ufes.br.

Diana Vilas Boas Souto Aleixo | Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); docente no Curso de Arquivologia; Vitória, ES e Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4156-354X>. Email: diana.aleixo@ufes.br.

Luciana Itida Ferrari | Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); docente no Curso de Arquivologia; Vitória, ES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8223-039X>. Email: luciana.ferrari@ufes.br.

Tânia Barbosa Salles Gava | Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); docente no Curso de Arquivologia; Vitória, ES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3920-5623>. Email: tania.gava@ufes.br.

Resumo

Objetivo: O trabalho tem como objetivo identificar nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia se há disciplinas de Preservação Digital e como a temática é elencada nos currículos por meio das ementas das disciplinas, de forma a investigar a formação dos futuros arquivistas diante do novo cenário em torno da Preservação Digital. **Metodologia:** É uma pesquisa exploratória, descritiva, qualitativa e quantitativa. **Resultado:** A análise das ementas presentes nos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos disponibilizados nas páginas dos cursos de Arquivologia brasileiros permitiu verificar que há a presença da temática Preservação Digital, mas nem todos os cursos analisados possuem uma disciplina exclusiva voltada à temática. **Conclusão:** Conclui-se que o tema é atual e urgente na Arquivologia, que as universidades precisam trazer o debate para as salas de aula e que isso pode contribuir para a produção de mais conhecimento.

Palavras-chave: Preservação Digital. Arquivologia. Cursos de Graduação em Arquivologia. Universidades Brasileiras.

Abstract

Objective: This study aims to identify whether there are courses on Digital Preservation in Brazilian undergraduate Archival Science programs and how the subject is addressed in these course's syllabuses, to investigate the teaching of future archivists in face light of the new scenario involving Digital Preservation. **Methodology:** This is an exploratory, descriptive, qualitative and quantitative study. **Results:** An analysis of the Political-Pedagogical Projects of many Brazilian undergraduate Archival Science programs, available on the program's websites, revealed that the subject of Digital Preservation is present, but not all of the programs analyzed have a dedicated course on the matter. **Conclusion:** It can be concluded that the subject is current and urgent in Archival Science, that universities should bring it to the classroom and that in doing so they will contribute to the advancement of knowledge.

Keywords: Digital Preservation. Archival Science. Undergraduate Programs in Archival Science. Brazilian Universities.

Introdução

Os avanços tecnológicos trouxeram transformações no fazer arquivístico. Conforme Innarelli (2020, *online*) com o advento digital, ocorrido no Brasil na virada do milênio, iniciou-se um processo “[...] de produção dos documentos arquivísticos pelos sistemas informatizados [...]”. Os documentos digitais são uma realidade no campo arquivístico, seu uso se expande de forma acelerada, trazendo à tona várias reflexões e desafios que se relacionam à definição de normas e procedimentos técnicos, a garantia da fidedignidade e autenticidade, preocupações de caráter legal e jurídico, “[...] visando à preservação das informações para as futuras gerações.” (Funari, 2014, p. 215).

Para Cook (2001, p. 3), “[...] *the role of archival science in a postmodernist world challenges archivists everywhere to rethink their discipline and practice*”. Neste caminho, Flores (2018, p. 76) afirma que “[...] a transformação digital nos Arquivos é inevitável e já vem acontecendo há algum tempo, todos os dias. [...]; então, o arquivista assume um papel preponderantemente protagonista nessas transformações.”

Maciel (2003, p. 1) evidencia a necessidade para o arquivista “[...] que os documentos digitais sejam preservados e acessíveis a longo prazo. Mas para isso, é necessário compreender as “[...] possibilidades advindas destas novas ferramentas tecnológicas [...]” (Araújo; Finamor, 2017, p. 45), e “*although a detailed technical understanding of these terms is not necessary, an archivist who has some familiarity with this vocabulary will be in a much better position to make their needs understood.*” (Prater, 2018, *online*).

Para Hill (2020), é urgente que os arquivistas se envolvam com estes desafios se quiserem permanecer profissionalmente relevantes no século XXI. A autora menciona que o arquivista deve ser formado com competência para enfrentar os desafios futuros. Considerando a preservação digital, “[...] uma questão crucial diante a realidade vivenciada [...]” (Hollós, 2021, s.p.), faz-se preciso estabelecer nos cursos de formação “[...] uma área específica de preservação digital de cunho interdisciplinar com o intuito de interagir com as novas questões, instituir uma política de preservação digital.” (Araújo; Finamor, 2017, p. 56).

Amparados nas falas acima elencadas, considera-se que o estímulo e a apresentação de temas da atualidade nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, possibilitam ao estudante o aprimoramento em sua formação, por meio de conhecimentos sobre as técnicas de preservação, *softwares* e ferramentas que podem ser utilizados no contexto digital.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) que por sua vez tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a elaboração dos currículos dos cursos de graduação superior, observou-se um movimento de debate sobre os Projetos Pedagógicos e Currículos dos cursos de graduação no Brasil. Neste caminho, em 1999, houve a aprovação no Fórum de Pró-reitores das Universidades Brasileiras (ForGRAD), do Plano Nacional de Graduação (PNG), o qual “objetiva estabelecer princípios para nortear as atividades de graduação nas IES, ao mesmo tempo que apresenta diretrizes, parâmetros e metas para o seu desenvolvimento concreto.” (ForGRAD, 2000, p. 1).

As diretrizes curriculares são balizadas por meio do Projeto Político Pedagógico de Curso¹ (PPPC), documento “[...] de identidade do Curso. Define os princípios filosóficos, políticos, pedagógicos, administrativos e técnicos que orientam a formação humana/cidadã e profissional dos egressos do curso.” (UFES, 2016, p. [1]). Assim, o Projeto Pedagógico é um “[...] instrumento balizador para o fazer universitário, devendo, por consequência, expressar a prática pedagógica do(s) curso(s), dando direção à ação docente, discente e de gestores.” (ForGRAD, 2000, p. 1-2).

¹ Nesta presente pesquisa utiliza-se a nomenclatura de Projeto Político Pedagógico, considerando que o Ministério da Educação considera ambos como sinônimos. (Brasil, 2024).

Compreende-se que o Projeto Pedagógico de cada curso de graduação deve ser elaborado atendendo a um conjunto de interesses, sociais e políticos, que envolvem os sujeitos a serem atendidos, tendo claro campos como os conteúdos curriculares, as disciplinas e suas respectivas ementas, e por fim o conteúdo pedagógico. (UNESP, [s.d.]).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo identificar nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia a presença de disciplinas intituladas Preservação Digital e como a temática é elencada nos currículos por meio das ementas das disciplinas, a fim de observar a exposição de conhecimentos específicos referentes à temática nominada. Para a identificação estabeleceu-se a análise das ementas das disciplinas presentes dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPC) de cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, qualitativa e quantitativa, a qual adotou como método a pesquisa bibliográfica e documental. O recorte utilizado de análise dos documentos remete ao entendimento de que as ementas dos cursos de graduação devem ser construídas tendo como foco os conceitos a serem trabalhados nas disciplinas bem como as habilidades a serem desenvolvidas, por se tratar de “[...] breve resumo, onde se faz a apresentação clara, concisa e objetiva do que se vai estudar e os procedimentos a serem realizados em uma determinada disciplina/atividade.” (UNESP, [s.d.])

Considera-se a relevância do estudo por elucidar experiências de diferentes PPPC elaborados para atender as respectivas necessidades de cada curso do país. Assim, compreende-se que o debate a respeito da presença do ensino voltado à preservação digital pode auxiliar no processo de formação dos alunos dos cursos de Arquivologia do país.

A arquivologia como área do saber no Brasil

A Arquivologia pode ser definida como uma “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 37). Apesar dos termos como sinônimos, há autores que defendem diferentes perspectivas, relacionando a ‘Arquivologia’ à tradição espanhola, referindo-se aos cursos de graduação, e a ‘Arquivística’ à tradição francófona, como uma disciplina. (Costa, 2008; Souto, Calderon; Silva, 2013).

O surgimento da Arquivologia remonta ao início da escrita e pode ser entendido como um fenômeno espontâneo, pois as civilizações precisavam registrar seus atos administrativos, religiosos, legais etc., e com o passar do tempo tais registros necessitaram de um local para sua guarda, sendo verificado que a função é atribuída aos arquivos por volta dos séculos V e VI a.C. Na Grécia (Castro; Castro; Gasparian, 1988). A função dos arquivos se altera com o passar dos anos, no início era a necessidade de conservar os registros para posterior utilização. Como exemplo, os arquivos na Mesopotâmia (datados como sendo da metade do IV milênio a.C) tinham seu acesso restrito, associados à noção de “tesouros” (Silva *et al.*, 2002).

Segundo Silva *et al.*, (2002) os primeiros arquivos políticos administrativos na Grécia e Roma, por exemplo, serviam como garantia dos direitos dos cidadãos; é neste período que surge a figura do arquivista como pessoa de erudição e confiança, enquanto o notário era o responsável por cuidar dos registros privados.

Com a decadência do Império Romano, o Estado passa ao status de República, e o poder e direito de criar arquivos fica sob responsabilidade dos imperadores, soberanos e pontífices (Souto, Calderon; Silva, 2013).

No século XVI, com o surgimento do Estado Moderno, a condição absolutista e centralizadora adotada pelo Estado culmina na criação dos primeiros arquivos de Estado (Ruiz Rodrigues, 1995). No século XVIII, com a

Revolução Francesa, presencia-se o aprimoramento das técnicas arquivísticas voltadas à gestão e à disponibilização dos documentos, e o interesse e valorização dos documentos foi uma condição para a criação dos Arquivos Nacionais, os quais tinham como função zelar pelos documentos por eles custodiados (Silva *et al.*, 2002).

A publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses Muller, Feith e Fruin, em 1898, também vem a ser um marco para a área, a obra que “[...] apresenta um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo carácter sistemático da sua apresentação. (Silva *et al.*, 2002, p. 115).

No Brasil a Arquivologia aparece como resultado de esforços para institucionalização da área por parte do Estado, das associações e de instituições arquivísticas. No Brasil Império, em 1838 há criação do Arquivo Público do Império², hoje Arquivo Nacional (AN), que por meio do regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, instituído para “[...] a guarda dos documentos relativos à memória nacional e à administração do Estado [...]” (Arquivo Nacional, 2022, *online*). Desta maneira, “[...] inspirados no modelo francês de arquivos [...], assiste-se então ao surgimento de vários arquivos nacionais [...]. No Brasil, o Arquivo Público do Império também foi fundado em 1838, no momento de afirmação da independência do país.” (Costa, 2000, p. 2).

Pouco tempo depois, em 1841, é instituído por Natalis de Wally, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos dos Departamentos do Ministério do Interior da França normas para organização dos fundos reunidos nos Arquivos Nacionais Franceses, o Princípio de Respeito aos fundos, conhecido como “Princípio da Proveniência” (Silva *et al.*, 2002).

Em meados do século XIX, do interesse em promover meios que preconizassem a organização dos arquivos de acordo com métodos e procedimentos especializados (Marques; Rodrigues; Nougaret, 2018), ocorre a promoção de diversos cursos ligados à Diplomática e Organização de Arquivos. No período de 1911 a 1931, havia-se a preocupação no AN quanto à formação especializada de seus funcionários, a qual esteve presente em vários documentos emitidos pelos seus diversos Diretores, a exemplo cita-se a solicitação feita com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1930, da inclusão de curso de Arquivo na universidade pelo então Diretor do AN (Marques, 2013).

De 1944 a 1972, vários profissionais de renome internacional vieram ao Brasil, como o francês Henri Boullier de Branche “[...] primeiro arquivista francês a estudar e a propor soluções para os problemas brasileiros.” (Lopes, 1997, p. 64), o qual observou que “As Práticas arquivísticas brasileiras, desenvolvidas no Arquivo Nacional, eram empiristas. Não havia planejamento, método e metodologia de trabalho referenciada na bibliografia internacional.” (Lopes, 1997, p. 65). O AN, recebeu também Theodore Roosevelt Schellenberg que em sua vinda demonstrou a importância dos arquivos públicos e destacou aspectos que não eram tão enfatizados na gestão documental vigente no Brasil, como a preservação de documentos de valor permanente; a avaliação de massas documentais acumuladas; elaboração de “planos para eliminação ordenada e sistemática dos documentos públicos”; oferta de serviços técnicos especializados para a reparação de documentos danificados, microfilmagem e armazenamento adequado; elaboração de arranjos junto aos documentos de valor permanentes, e a implementação e de outras práticas para valorização dos acervos. (Lopes, 1997).

Marques, Rodrigues e Nougaret (2018) destacam outros acontecimentos que vieram a demarcar o campo arquivístico no Brasil nos anos de 1970 (Quadro 1) como:

² A criação do Arquivo Nacional, proposta pela Constituição de 1824, porém, só foi estruturada no ano de 1838.

Quadro 1 – Eventos que demarcam o campo arquivístico nos anos de 1970

ANO	EVENTO
1971	<ul style="list-style-type: none"> criação da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA) e Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)
1972	<ul style="list-style-type: none"> realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), com a recomendação de um currículo mínimo para os cursos de Arquivologia autorização da criação de cursos de Arquivologia em nível superior, pelo Conselho Federal de Educação (CFE); reconhecimento da Arquivologia como habilitação profissional no Ensino Médio;
1973	<ul style="list-style-type: none"> acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Arquivo Nacional (AN);
1974	<ul style="list-style-type: none"> convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o AN quanto à cooperação em Arquivologia e pesquisa histórica; estabelecimento da duração do Curso Superior de Arquivologia e do seu currículo mínimo.

Observa-se que em 1972 é aprovado o Parecer que reconhece o curso de Arquivologia como habilitação no Ensino de 2º Grau (Marques, 2013). No entanto, por meio do convênio estabelecido entre a UFF e o AN, é de fato estabelecido o Curso Superior de Arquivo, e por meio do Parecer nº 212 do Conselho Federal de Educação (CFE) há a autorização para criação de cursos superiores, sendo no ano de 1977 criado o Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no estado do Rio Grande do Sul, e vários outros nos anos seguintes.

Em 2001, foram aprovadas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquivologia, por meio do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara Superior de Educação (CES) de nº 292/2001, publicado no Diário Oficial em 09 de julho de 2001. Em 13 de março de 2002 há uma nova resolução de nº 20, em ambos os documentos é indicado o perfil dos formandos, competências e habilidades, conteúdos curriculares para formação geral e específica, estágios e atividades complementares, estrutura do curso, conexão com a avaliação institucional. Menciona-se que o documento já mencionava questões relacionadas às “[...] demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.” (Brasil, 2001; Brasil, 2002). As diretrizes curriculares estabelecem os padrões mínimos que as instituições em todo o país devem seguir, de modo a possibilitar o planejamento nacional do ensino superior. Segundo tais documentos, espera-se:

O arquivista ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural. (Brasil, 2001)

A elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Arquivologia é regida pelos Pareceres CNE/CE 492/2001 e 1.363/2001, e deve seguir também o Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo um documento obrigatório para todas as instituições.

Ainda no tocante ao ensino em Arquivologia no Brasil, cita-se o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), criado em 2011 como parte das recomendações da II Reunião de Ensino e Pesquisa

em Arquivologia (FEPARQ), com o objetivo de “assegurar a criação e instalação da entidade nacional de ensino e pesquisa em Arquivologia e desenvolver ações que favoreçam o desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área”. Comenta-se que este é um espaço que fomenta várias discussões em torno dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil.

Preservação digital: uma breve exposição

Segundo Fishbein (1984), os temas “Arquivologia” e “informática” foram abordados juntos pela primeira vez pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1964, durante o Congresso Internacional de arquivos realizado em Paris. Na ocasião, os participantes demonstraram pouco interesse sobre o assunto. Na verdade, naquela época a maioria dos arquivistas via o computador como um mero instrumento para fins estatísticos e fiscais. O desinteresse dos profissionais de arquivo pela automação foi mais uma vez demonstrado durante a Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos (Citra), realizada em Paris, em 1965. Durante o evento, os arquivistas rejeitaram os cartões perfurados e as fitas magnéticas como documentos arquivísticos. Em ambas as ocasiões os EUA foram a exceção. O representante do NARA³ mostrou que a instituição estava utilizando o computador para recuperar processos e desenvolvendo estudos sobre a avaliação dos mesmos materiais que a comunidade arquivística insistia em ignorar. (Rondinelli, 2005, p. 25)

No ano de 1971 o número de pesquisadores que utilizavam os computadores com a finalidade de processar seus dados aumentou e passaram também a solicitar consultas aos documentos eletrônicos. Além de algumas instituições terem eliminado seus arquivos magnéticos sem a avaliação dos arquivistas, pois eles não tinham conhecimento, e não havia recursos para a conservação do material.

Isso demonstra uma evolução para a Arquivologia, que sai da falta de interesse sobre computadores e hoje pensa sobre como preservar esses documentos digitais, ponto que culmina na temática que suscitou o desenvolvimento deste trabalho e será desenvolvido a seguir.

Os arquivistas estão em um movimento que visa compreender o universo em torno dos documentos digitais. Observa-se a necessidade de um estreitamento entre os profissionais da Tecnologia da Informação (TI) e da Arquivologia, pois “[...] o avanço das tecnologias de informação e comunicação na produção, tramitação, uso, armazenamento e acesso dos documentos, agora digitais, impulsionaram a Arquivologia, no sentido de ampliar as relações com TI.” (Melo, 2019, p. 34). Ambos os profissionais estão caminhando em um território novo (Prater, 2018), e há ainda a questão da linguagem específica de ambas as áreas, que embora em alguns momentos soam semelhantes, na prática podem causar equívocos e confusões (Maciel, 2023).

Uma iniciativa que deu certo é o Projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), que reúne profissionais de diferentes países para se pensar e produzir sobre os chamados sistemas de gerenciamento arquivísticos de documentos.

O projeto InterPARES se constitui na iniciativa mais importante e mais ousada da área arquivística nos dias de hoje. Sua implementação, bem como a instalação crescente dos chamados sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos, demonstra que as relações entre a arquivologia e a informática chegam ao século XXI tendo como característica principal a plena conscientização dos arquivistas sobre as implementações da tecnologia da informação no seu campo de conhecimento. Embora não se possa dizer que a recíproca seja verdadeira, há que se reconhecer que o grau

³ NARA é a sigla para *National Archives and Records Administration*, que significa Arquivos Nacionais e Administração de Documentos, dos Estados Unidos da América.

de visibilidade da arquivologia pela informática tem aumentado graças às iniciativas aqui referidas, em que a parceria com a ciência da computação é fundamental. (Rondinelli, 2005, p. 37)

Para Ferreira (2006, p.17) um dos atuais desafios na Arquivologia é a preservação digital, pois o documento digital desde sua criação lida com a dependência tecnológica, o que requer atenção à necessidade de criar um contexto tecnológico que garanta que a informação presente no documento possa ser acessada quando necessária. A UNESCO (2003, p. 37), no documento “*Directrices para la Preservación del Patrimonio Digital*” afirma que a preservação digital é definida “[...] como el conjunto de los procesos destinados a garantizar la continuidad de los elementos del patrimonio digital durante todo el tiempo que se consideren necesarios.” O documento destaca que “*La mayor amenaza para la continuidad digital es la desaparición de los medios de acceso. [...], la capacidad de tener acceso a su mensaje o propósito esencial y auténtico.*” (UNESCO, 2003, p. 37). Ferreira (2006, p. 20) define o conceito de preservação digital como:

Designa-se, assim, por preservação digital o conjunto de actividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e restante património cultural existente em formatos digitais. A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permanece acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

A “Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital” do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2005, p. 3) também chama a atenção para questões importantes:

A preservação da informação em formato digital não se limita ao domínio tecnológico, envolve também questões administrativas, legais, políticas, econômico-financeiras e, sobretudo, de descrição dessa informação através de estruturas de metadados que viabilizem o gerenciamento da preservação digital e o acesso no futuro. Desta forma, preservar exige compromissos de longo prazo entre os vários segmentos da sociedade: poderes públicos, indústria de tecnologia da informação, instituições de ensino e pesquisa, arquivos e bibliotecas nacionais e demais organizações públicas e privadas.

Em vista disso, é preciso que os documentos digitais sejam incluídos nas políticas dos arquivos para minimizar os efeitos da obsolescência de *hardware* e *software* e que sejam preservados em formatos que garantam a sua autenticidade e integridade. Mas isso só será possível se houver uma união entre todos os setores, principalmente a área arquivística com a área de TI, e que todos reconheçam a importância da preservação dessas informações, pois todos dependem cada vez mais da utilização dos documentos digitais.

A preservação dos documentos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário. (Conselho Nacional de Arquivos, 2005 p. 2)

Assim, conforme Barbedo, Corujo e Sant'Ana (2011, p. 7) deve-se considerar três vetores no processo de preservação digital:

1. Conjunto de atividades desenvolvidas com o fim de aumentar a vida útil da informação de arquivo, salvaguardando a utilização operacional e protegendo-os das falhas de suportes, perda física e obsolescência tecnológica;
2. Conjunto de atividades que promovem a acessibilidade continuada aos conteúdos;
3. Conjunto de atividades que assistem na preservação do conteúdo intelectual, forma, estilo, aparência e funcionalidade.

Vargas e Moraes (2020) reforçam que a temática destacada anteriormente é uma preocupação no mundo todo, envolvendo todos os setores da sociedade, que abarca diferentes gerações e aspectos de tecnologia, os quais estão envoltos de um movimento de obsolescência acelerada (Gava, 2022), pois:

Os objetos digitais requerem manutenção constante e contínua e dependem de um ecossistema complexo de *hardware*, *software*, padrões e regulamentos legais que estão constantemente mudando, sendo alterados ou substituídos. (InterPARES, 2018, p. 6 Apud Andrade; Chagas, 2023, p. 2)

Dessa forma, faz-se necessário que os arquivistas tomem conhecimento das técnicas necessárias para a preservação e não guardem esse conhecimento para si, e em conjunto com os profissionais da informática criem sistemas cada vez melhores e que garantam os princípios da Arquivologia e a integridade dos documentos.

Assim, infere-se a necessidade de estabelecer um Plano de Preservação Digital, o qual “[...] permitirá identificar quais as funcionalidades que devem ser implementadas e a forma de as implementar, para manter a integridade e usabilidade dos documentos de arquivo eletrônicos ao longo do tempo.” (Barbedo, Corujo; Sant'Ana, 2011, p. 7).

Ao estabelecer uma Política de Preservação Digital observa-se o comprometimento de toda uma instituição/ órgão/ entidade com a preservação dos documentos arquivísticos digitais, e a valorização do acesso à informação.

Metodologia

Considera-se uma pesquisa exploratória, descritiva, qualitativa e quantitativa. Quanto aos métodos, a pesquisa é bibliográfica e documental. A realização da pesquisa bibliográfica foi no periódico *Acervo*⁴, publicação contínua do Arquivo Nacional, que não se restringe a apenas as áreas de Arquivologia e História, mas também compreende áreas que dialogam com os arquivos, (ACERVO, 2024), utilizando o termo “Preservação Digital”⁵, a busca obteve os resultados elencados no Quadro 2.

⁴ Disponível em: <https://revista.an.gov.br/>. Acesso em: 11/05/2023

⁵ As coletas foram realizadas no dia 11 de maio de 2023 com o termo “Preservação digital”, optou-se por não utilizar nenhum filtro delimitador.

Quadro 2 - Resultado da coleta no periódico Acervo

TÍTULO	AUTOR(ES)
Padrões para Garantir a Preservação e o Acesso aos Documentos Digitais	Claudia Lacombe; Margareth da Silva
Longevidade digital	Howard Besser
Gestão de documentos de arquivo na administração pública em Portugal: experiência e desafios	Pedro Penteado
Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas	Henrique Machado dos Santos; Daniel Flores
Patrimônio documental: a preservação digital em longo prazo	Ana Suely Pinho Lopes; Daniel Flores
Aprender a ler entre bits: autenticidade em arquivos pessoais digitais	Jorge Phelipe Lira de Abreu
Introdução aos conceitos básicos do modelo Open Archival Information System no contexto da arquivística	Henrique Machado dos Santos; Daniel Flores
Entrevista com David Giaretta	Daniel Flores
Ciências da informação e humanidades digitais: produção, consumo e materialidade da informação em plataformas digitais	Kadidja Valéria Reginaldo de Oliveira; Gabriela Tyemi Kaya; Cynthia Roncaglio
Recortes temáticos e espaciais de trabalhos de conclusão do curso de história da Universidade do Vale do Paraíba – Univap (1991-2018)	Maria Helena Alves da Silva; Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali; Valéria Regina Zanetti
Parâmetros para nomeação do tipo documental em arquivos pessoais de escritores	Mabel Meira Mota; Francisco José Aragão Pedroza Cunha; Arivaldo Sacramento de Souza
Organização do conhecimento em arquivos sob a égide simbólica e multidimensional dos conjuntos documentais	Ismaelly Batista dos Santos Silva; Hildenise Ferreira Novo
Desafios de publicação e representação de fotografias estereoscópicas: no rastro dos autocromos de Marc Ferrez	Camila Manguiera Soares; Simone Wicca

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos recuperados foram analisados por meio de uma leitura criteriosa, e os dados foram extraídos, tabulados e estruturados, e sua apresentação é feita nos resultados.

A pesquisa documental relativa às disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil iniciou-se com uma consulta na base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES) e-MEC⁶, onde estão disponíveis informações referentes à regularidade dos cursos ofertados no país.

Elencadas as IES, realizou-se uma consulta em suas respectivas páginas para recuperar os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos e identificar quais cursos possuem disciplinas intituladas “Preservação Digital”. A busca evidenciou que alguns cursos não apresentavam disciplinas com o título buscado, mas apresentava a temática nas ementas de outras disciplinas, o que levou à ampliação da coleta de dados. Assim, foram analisadas as ementas e os nomes das disciplinas dos cursos de Graduação em Arquivologia; as informações obtidas foram tabuladas e estruturadas e são apresentadas no item a seguir.

⁶ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

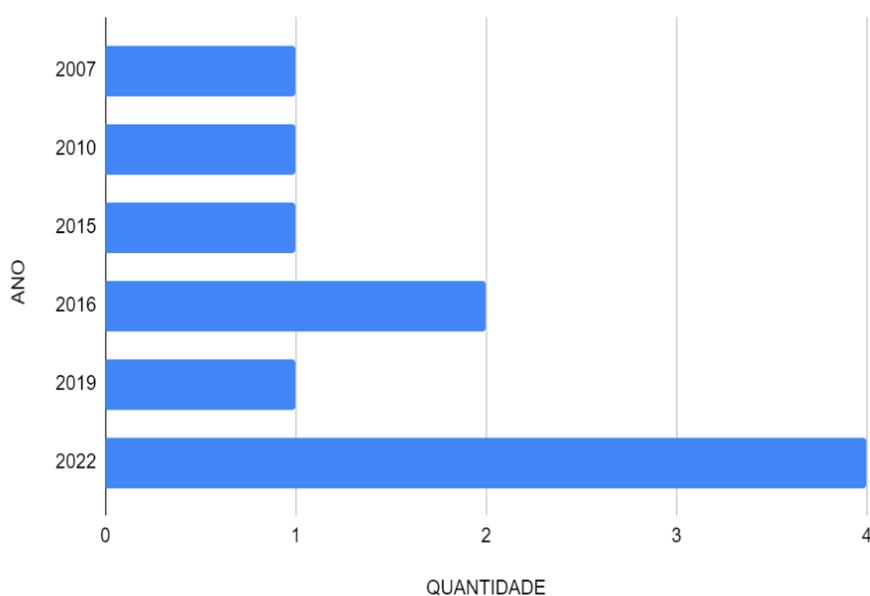
Durante a consulta, verificou-se que alguns cursos não apresentavam em sua página os PPPC, ou a versão que estava disponível não era a vigente e/ou atualizada. Desta forma, no período de agosto até a primeira semana de novembro de 2023 foram enviados e-mails para os coordenadores dos cursos de Arquivologia solicitando a versão vigente e ou atualizada para análise.

Resultados

A partir dos dados coletados e analisados, partiu-se para sua estruturação para apresentação. A busca junto ao periódico *Acervo* teve como intuito identificar os conceitos trabalhados na literatura da área que versam na temática “Preservação Digital”, para que, posteriormente, as ementas dos cursos de Arquivologia fossem analisadas.

Os resultados demonstraram o período em que a temática esteve em evidência nas pesquisas publicadas na área de arquivos (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Incidência da temática “Preservação Digital” no periódico *Acervo*



Fonte: Dados da pesquisa

Durante a análise dos trabalhos recuperados observou-se que em alguns deles a temática “Preservação Digital” aparece apenas no resumo, nas palavras-chave, título, ou ainda, não aparece no trabalho recuperado, o que denota um problema na ferramenta de busca disponível na página. Os trabalhos que se enquadram nas características citadas foram excluídos da análise final, e assim ao final apenas 3 (três) artigos foram analisados.

Os resultados que atendem à proposta de pesquisa referem-se a alguns trabalhos, entre os quais “Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas”, de autoria de Henrique Machado dos Santos e Daniel Flores, publicado no ano de 2015, o qual analisa os prós e contras das estratégias e discute sobre como criar um ambiente confiável para preservação e com acesso contínuo a longo prazo.

Outro trabalho recuperado intitula-se “Patrimônio documental: a preservação digital em longo prazo”, de autoria de Ana Suely Pinho Lopes e Daniel Flores, publicado em 2016, destaca uma iniciativa de preservação

digital, no caso o projeto InterPARES, e aprofunda os conhecimentos sobre como superar os desafios e ameaças aos documentos arquivísticos digitais.

E por último, e mais recente, “Introdução aos conceitos básicos do modelo *Open Archival Information System* no contexto da arquivística”, publicado em 2019, de autoria de Henrique Machado dos Santos e Daniel Flores, que analisa o modelo OAIS, com ênfase nos conceitos básicos, e busca convergências com a arquivística. O Quadro 3 apresenta os conceitos recuperados nos trabalhos mencionados.

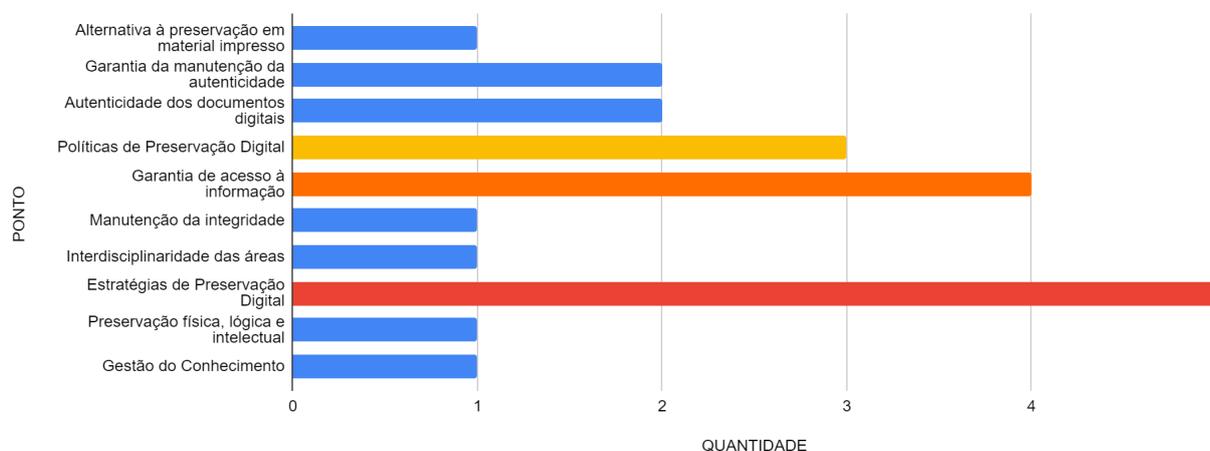
Quadro 3 - Conceitos relacionados à “Preservação Digital”

CONCEITOS RELATIVOS À PRESERVAÇÃO DIGITAL
“[...] alternativa à preservação em material impresso” (Lopes; Flores, 2016, p. 179).
“[...] a implementação de estratégias de preservação digital deverá considerar procedimentos que garantam a manutenção da autenticidade.” (Santos; Flores, 2015, p. 243).
“Os acelerados ciclos de obsolescência das tecnologias poderão comprometer a autenticidade dos documentos digitais, logo é preciso determinar políticas e estratégias de preservação digital” (Santos; Flores, 2015, p. 243).
“[...] atividade de garantir o acesso à informação em meio digital, mantendo a sua integridade e autenticidade.” (Santos; Flores, 2015, p. 243).
“[...] [a] informação contida no documento deverá ser interpretada no futuro por uma plataforma tecnológica que será diferente da que foi utilizada no momento de sua criação (Conarq, 2004; Ferreira, 2006 apud Santos; Flores, 2015, p. 243).
O estudo da preservação digital deverá ser abordado de forma interdisciplinar (Innarelli, 2011 apud Santos; Flores, 2015, p. 243).
“[...] [a preservação digital deve estar] contemplando políticas de preservação que irão descrever claramente, por exemplo, as estratégias de preservação digital a serem aplicadas (Ferreira, 2006 apud Santos; Flores, 2015, p. 243).
“[...] a implementação de políticas de preservação será considerada a iniciativa mais eficaz para preservar e garantir o acesso em longo prazo” (Márdero Arellano, 2004 apud Santos; Flores, 2015, p. 243).
“[...] configura uma série de procedimentos sistematizados, sincronizados a fim de garantir o acesso contínuo em longo prazo aos documentos. Para isso, procede-se à implementação das estratégias de preservação digital.” (Santos; Flores, 2015, p. 243).
“composta por procedimentos de ordem estrutural e operacional. Os procedimentos estruturais são os investimentos iniciais como, por exemplo, definições de normas, adoção de padrões e a infraestrutura. Já os de ordem operacional são as atividades aplicadas para a preservação física, lógica e intelectual dos documentos digitais (Márdero Arellano, 2004; Thomaz, 2004 apud Santos; Flores, 2015, p. 244).
“[...] a reprodução em suporte analógico ainda é a estratégia de preservação mais viável para ambientes em que complexos processos de preservação digital são inviáveis.” (Santos; Flores, 2015, p. 245).
“Questões como a gestão do conhecimento da preservação digital poderão fornecer uma base sólida sobre as práticas realizadas nos acervos, indicando as melhores alternativas, bem como possibilitando a troca de conhecimentos entre instituições parceiras.” (Santos; Flores, 2015, p. 208 apud Santos; Flores, 2019, p. 13).

Fonte: Dados da pesquisa.

As falas recuperadas sinalizam que alguns temas e conceitos se sobressaem, tais como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Pontos presentes nas falas recuperadas



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a busca por estratégias que garantam a preservação digital é uma constante, e necessita de vários debates para que, assim, os documentos possam estar disponíveis e a informação livre para acesso por parte de seus usuários. O estabelecimento de políticas de preservação digital também é presente nas discussões, as quais relacionam a importância de prever mecanismos que garantam a manutenção da autenticidade e da integridade dos documentos digitais.

A partir do levantamento realizado na base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES) e-MEC chegou-se ao Quadro 4, onde são apresentadas as 17 (dezessete) instituições brasileiras que possuem o Curso de Arquivologia ativo.

Quadro 4 - Cursos de Arquivologia no Brasil⁷

IES	Categoria Administrativa	Modalidade	Vagas	Data início funcionamento	Data Ato de Criação	Situação
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	Pública Federal	Presencial	84	01/03/1991	25/09/1990	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	Pública Federal	Presencial	42	03/03/2009	02/02/2008	Ativo
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	Pública Estadual	Presencial	40	26/02/1998	08/10/1997	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Pública Federal	Presencial	40	27/07/2008	16/05/2008	Ativo

⁷ Todos os cursos são com grau de Bacharelado.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	Pública Estadual	Presencial	30	04/08/2003	22/05/2003	Ativo
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	Pública Estadual	Presencial	144	28/08/2006	31/12/2006	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Pública Federal	Presencial	40	20/08/2012	06/09/2011	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Pública Federal	Presencial	80	28/06/1978	26/06/1978	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	Pública Federal	Presencial	80	09/03/2000	26/07/1999	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Pública Federal	Presencial	40	02/03/2009	02/10/2008	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Pública Federal	Presencial	90	03/03/1998	10/04/1997	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	Pública Federal	Presencial	90	06/10/2008	15/06/2008	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Pública Federal	Presencial	30	01/03/2000	30/07/1999	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Pública Federal	Presencial	30	01/03/1977	10/08/1976	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Pública Federal	Presencial	60	01/03/2010	26/08/2009	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Pública Federal	Presencial	80	09/12/1911	09/12/1911	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSELVI)	Privada com fins lucrativos	A Distância	7610	17/02/2020	10/10/2019	Ativo

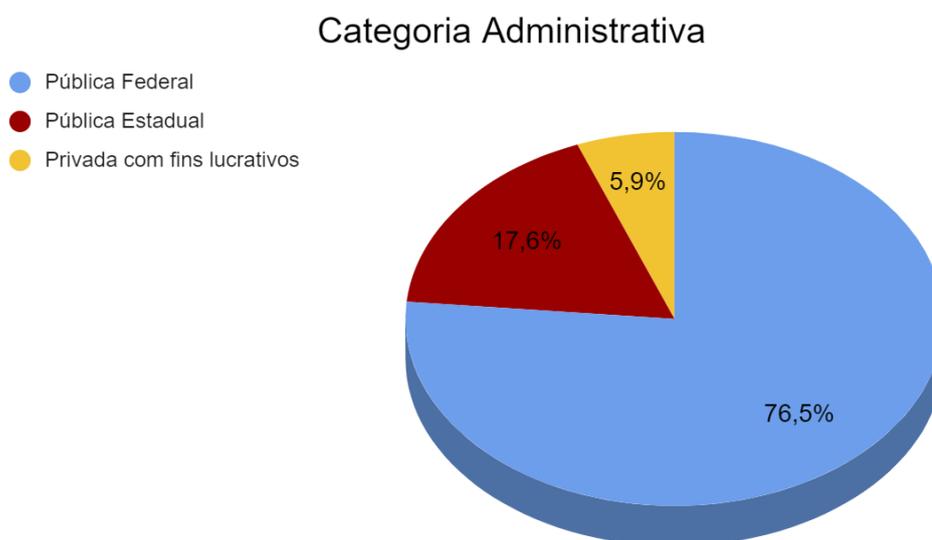
Fonte: e-Mec (2023).

No quadro é identificado que o curso de Arquivologia da UNIRIO tem como data de criação o dia 06 de setembro de 1911. No entanto, conforme Mariz e Aguiar (2013) nesta data havia o Curso de “Arquivos”,

que mais tarde receberia o nome de “Curso Permanente de Arquivos” promovido pelo Arquivo Nacional. O curso por meio do Decreto no 79.329 de 2 de março de 1977⁸, foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), a qual mais tarde viria a ser a UNIRIO (Mariz; Aguiar, 2013), assim a data de criação do curso de graduação em Arquivologia só ocorre de fato em 1973.

Quanto à categoria administrativa, nota-se conforme exposto no Gráfico 3 o curso se concentra em universidades públicas.

Gráfico 3 - Curso de graduação em Arquivologia por categoria administrativa



Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar os dados visualiza-se a preocupação que as universidades públicas mantêm com a promoção de um curso superior que auxilie na gestão dos documentos e das informações, de forma a promover seu acesso, à preservação da memória, bem como a gestão do patrimônio público documental do Brasil.

Ao analisar os PPPC dos 17 cursos de Arquivologia em atividade no Brasil, foram identificados quais possuem uma disciplina intitulada “Preservação Digital”. As informações das disciplinas encontram-se no Quadro 5.

Quadro 5 - A “Preservação Digital” nas disciplinas nos Cursos de graduação em Arquivologia do Brasil

IES	ANO DO PPC	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO/ SEMESTRE	FORMA
UEL	2022	Preservação Digital	3ª série	Obrigatória
FURG	2017	Preservação Digital	5º semestre	Obrigatória
UNESP	2012	Preservação Digital	7º período	Obrigatória
UFES	2017	Preservação Digital	-	Optativa
UFBA	2017	Preservação Digital	-	Optativa
UFMS	2020	Preservação Digital	5º semestre	Obrigatória
UFSC	2015	Preservação Digital	4º semestre	Obrigatória

Fonte: Dados da pesquisa.

⁸ Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro- FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. (BRASIL, 1977).

O Quadro 4 demonstra que apenas 7 (sete) cursos (41% dos cursos) possuem uma disciplina com o título “Preservação Digital”. Observa-se que, nos últimos anos, há um movimento na área de arquivos na direção das tecnologias de informação, promovendo “[...] a evolução do conhecimento no âmbito da preservação digital” apontado por Santos e Flores (2017, p. 16). No entanto, até o momento, nem todos os cursos incluíram uma disciplina exclusiva para tratar o tema.

A partir desse resultado, indagou-se se as temáticas em torno da preservação de documentos digitais estariam presentes em outras disciplinas nos cursos analisados. Verificou-se então a existência de cursos que, embora não contemplem a temática no título de suas disciplinas, a apresenta nas ementas de algumas disciplinas. como no caso das disciplinas elencadas no Quadro 6.

Quadro 6 - A “Preservação Digital” nas disciplinas nos Cursos de graduação em Arquivologia do Brasil: ementas

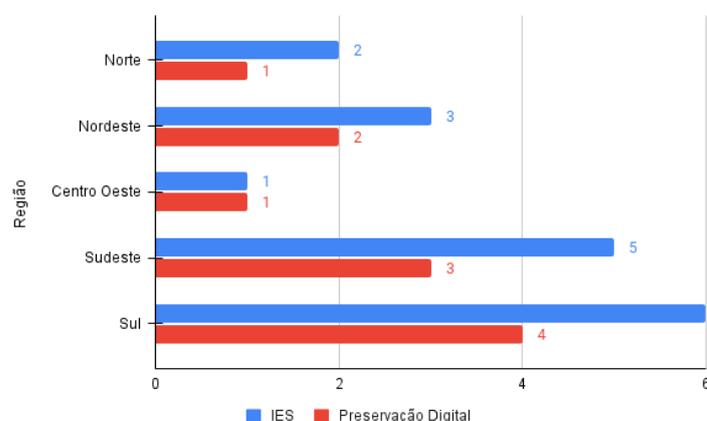
IES	ANO DO PPC	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO/ SEMESTRE	FORMA
UEPB	2016	Preservação e Conservação de Documentos	7º período	Obrigatória
UFAM	2019	Geração e Uso de Banco de Dados	2º período	Obrigatória
		Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	6º período	Obrigatória
		Preservação e Conservação de Documentos	7º período	Obrigatória
UFMG	2019	Gestão de documentos arquivísticos digitais	5º período	Obrigatória
UNB	2022	Preservação e Conservação de Bens Culturais	-	Optativa
UNIRIO	2006	Documentação Audiovisual e Digital	8º período	Optativa

Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns PPPC não foram analisados pois não foram localizados nas páginas dos cursos, ou não apresentavam as informações de forma completa. Todas as instituições foram contactadas por meio do contato disponibilizado em suas páginas. Menciona-se que a UFRGS informou que na ocasião da coleta estava em processo de atualização de seu PPPC.

Com os dados demonstrados nos Quadros 4, 5 e 6, seguiu-se para a análise da presença da temática “Preservação Digital” nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, dividindo por região do País. Observa-se, no Gráfico 4, que todas as regiões apresentam pelo menos uma Universidade debatendo a respeito do assunto em seu curso.

Gráfico 4 - A presença no curso de Arquivologia da temática: por região do país



Fonte: Dados da pesquisa.

De posse de todas as informações, segue-se para verificar se as disciplinas que estão vinculadas à temática são obrigatórias ou optativas. As disciplinas obrigatórias são aquelas que devem ser cursadas pelos alunos para obter o título referente à graduação desejada. Normalmente os cursos possuem uma carga horária mínima de disciplinas optativas que deve ser cursada para integralização do curso, de forma que o aluno pode escolher quais disciplinas optativas ele deseja cursar para compor o seu currículo, de forma a atender uma formação mais personalizada do profissional que está sendo formado. Dos 12 cursos que apresentaram a temática, 10 tem em seu PPC as disciplinas como obrigatórias, e 4 (quatro) como optativas.

Os dados coletados e organizados mostraram as temáticas presentes nas pesquisas do periódico *Acervo*, e os cursos que contêm a disciplina de Preservação Digital. No entanto, a questão que norteou o desenvolvimento deste trabalho foi identificar nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia a presença de disciplinas de voltadas à Preservação Digital e como a temática é abordada nas ementas destas disciplinas, a fim de observar a aquisição de conhecimentos específicos referentes à temática nominada.

A partir dos PPC dos cursos, elaborou-se o Quadro 7, onde são apresentadas as ementas das disciplinas identificadas dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Quadro 7 – A temática “Preservação Digital” nas ementas dos Cursos de graduação em Arquivologia

IES	NOME DA DISCIPLINA	EMENTA
UEL	Preservação Digital	Conceitos, desafios e estratégias para a preservação digital. Modelo de Referência <i>Open Archives Information System</i> (OAIS).
UEPB	Documentos Digitais	Evolução dos conceitos: informação, arquivo, documento, documento eletrônico e documento digital. Características dos documentos digitais. Gestão arquivística de documentos digitais- SIGAD. Procedimentos de digitalização. Validade legal de documentos digitais. Preservação de documentos digitais: estratégias, diretrizes, metadados e custódia. Repositórios Arquivísticos Confiáveis.
UFAM	Geração e uso de Banco de Dados	Documento Eletrônico Digital. Preservação Digital. Análise Diplomática de Documento Eletrônico Arquivístico. Sistemas de Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos Digitais.
	Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	Abordar o conceito de documentos digitais. Preservação Digital. Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Segurança da informação em documentos arquivísticos digitais.
	Preservação e Conservação de Documentos	Conceitos de preservação e conservação de documentos. Origem e evolução do papel. Agentes externos e internos que causam danos a documentos. Elaboração e estudo de políticas de preservação e conservação de documentos. Tecnologias de preservação digital de documentos.
FURG	Preservação Digital	Obsolescência tecnológica. Políticas de preservação digital. Patrimônio arquivístico digital. Estratégias de preservação digital.
UNESP	Preservação Digital	Estudo sobre preservação digital, sua conceituação, políticas de preservação, estratégias de preservação digital, formatos de arquivo, autenticidade, entre outros aspectos para preservação do acesso a longo prazo de objetos digitais. Abordagem mais específica sobre os conceitos de autenticidade no documento arquivístico digital, os princípios sobre autenticidade, estudos sobre certificação de documentos, criptografia e análise de aspectos ligados a certificação e assinatura em ambientes digitais. Análise e aplicação de metadados e padrões de metadados para a preservação digital.
UFES	Preservação Digital	Conceito e evolução da Preservação Digital. Objetos Digitais. Estratégias de Preservação Digital.

UFBA	Preservação Digital	O aprendizado sobre Preservação Digital se mostra relevante e importante para a preservação da informação nos arquivos e produção de mais conhecimento sobre a temática.
UFSC	Preservação Digital	Trata dos formatos digitais, da digitalização de documentos, das políticas e projetos de preservação da memória digitais nacionais e internacionais. Técnicas e instrumentos para o tratamento dos dados de mapas, fotografias, cartografias e demais documentos de imagens, sons e textos. Direitos autorais, propriedade intelectual e licenciamento de softwares.
UFMG	Gestão de documentos arquivísticos digitais	O documento arquivístico digital. Aspectos jurídicos e a autenticidade dos documentos digitais. Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); Acesso e preservação de documentos arquivísticos digitais; Reformatação de documentos arquivísticos.
UNB	Preservação e Conservação de Bens Culturais	Princípios históricos e científicos de preservação e conservação preventiva. Políticas e programas de preservação de acervos em arquivos, bibliotecas e museus. Conservação preventiva de documentos convencionais e digitais.
UNIRIO	Documentação Audiovisual e Digital	Estudo dos vários arquivos audiovisuais. Os métodos utilizados na organização e recuperação da informação em suporte não convencional. A importância e a metodologia de preservação destes documentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o quadro pode-se notar que há pontos de convergência e divergências entre as ementas. Ao escolher os pontos a serem estudados pelos alunos, algumas universidades escolheram temas muito específicos que destoaram do cenário geral. Para ilustrar, encontram-se classificadas no Quadro 8 as temáticas presentes nas ementas.

Quadro 8 - Temática presentes nas ementas recuperadas versus conceitos recuperados

Temáticas	Ementas	Periódicos
Acesso à informação	1	4
Arquivos Audiovisuais	1	0
Autenticidade	2	2
Certificação de documentos	1	0
Certificação e assinatura em ambientes digitais	2	0
Conceitos	4	0
Conservação preventiva de documentos convencionais e digitais	1	0
Criptografia	1	0
Desafios para a preservação digital	1	1
Digitalização de Documentos	1	0
Direitos autorais	1	0
Documentos Digitais	1	0
e-Arq Brasil	1	0
Estratégias de preservação digital	2	0
Estratégias para a preservação digital	3	5
Estudo sobre preservação digital	1	0
Evolução da Preservação Digital	1	0
Formatos de arquivo	1	0
Formatos digitais	1	0

GED	3	0
Gestão do Conhecimento	0	1
Integridade	0	1
Interdisciplinaridade das áreas	0	1
Licenciamento de softwares	1	0
Metadados para a preservação digital	2	0
Modelo de Referência OAIS	1	0
Objetos Digitais	1	0
Obsolescência tecnológica	1	0
Padrões de metadados para a preservação digital	1	0
Patrimônio arquivístico digital	1	0
Políticas de preservação digital	3	3
Políticas e programas de preservação de acervos	1	0
Preservação e conservação preventiva	1	0
Projetos de preservação da memória digital, nacionais e internacionais	1	0
Propriedade intelectual	1	0
SIGAD	2	0
Técnicas e instrumentos para o tratamento dos dados	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Observando os dados coletados, referentes às temáticas presentes nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, observa-se que há uma grande variedade de temas presentes.

A combinação de dados mostrou que as temáticas em maior concentração nas universidades foram: Conceitos, Estratégias para a preservação digital e Políticas de preservação digital. As temáticas que mais aparecem nos periódicos são Estratégias para a preservação digital, Políticas de preservação digital e Acesso à informação. Isso expõe um ponto positivo na comparação entre as Universidades e o que está sendo produzido, pois duas das temáticas mais mencionadas nos artigos (Estratégias para a preservação digital, Políticas de preservação digital) estão sendo debatidas nas Universidades, porém o tema Acesso à informação não aparece em nenhuma ementa.

Sobre a temática Conceitos, é esperado que nas universidades o embasamento conceitual seja abordado nas disciplinas antes de aprofundar nos assuntos, não gerando estranheza no resultado obtido. E deixamos como sugestão que as Universidades incorporem o tema Acesso à informação nas ementas de suas disciplinas de Preservação Digital, visto que um dos pontos principais da preservação digital é garantir o acesso a longo prazo, mantendo a autenticidade e confiabilidade dos dados, informações e documentos.

Conclusão

O acesso à informação é um ponto de discussão presente na área de arquivos, e sua relação com o usuário algumas vezes demonstra-se frágil. Tal constatação pode ser observada durante o desenvolvimento da pesquisa, onde a busca identificou: ausência de informações relacionadas diretamente ao curso, coordenação, docentes, resoluções, Matriz Curricular, ou ainda, as fontes apresentam informações desatualizadas. Destaca-se que em algumas ocasiões o contato com responsáveis pelos cursos, realizado por e-mail, foi rápido e trouxe as informações buscadas, no entanto, alguns contatos realizados não obtiveram retorno.

Comenta-se que uma dúvida que surgiu durante o processo da pesquisa é se há planos das Universidades de inserir futuramente uma disciplina de Preservação Digital em suas grades, para que seus alunos saiam mais preparados para a realidade. Como alguns cursos podem estar em fase de adequação de seus PPC, anseia-se que as novas adequações compreendam a temática junto ao seu universo de trabalho. Espera-se que trabalhos como este incentivem os cursos a inserirem pontos relevantes e estratégicos de Preservação Digital nos seus currículos.

Algo que já se esperava antes de começar a pesquisa é que houvesse poucos cursos de Arquivologia que tivessem uma disciplina exclusivamente para tratar a Preservação Digital, infelizmente isso se mostrou uma realidade. Até os dados de pesquisa levantados apontam que a discussão em torno do tema ainda é insuficiente, mesmo na publicação de artigos.

Percebe-se que em alguns cursos tal temática está diluída em conteúdos programáticos de outras disciplinas. No entanto, ter uma disciplina exclusiva para Preservação Digital indica que haverá mais tempo para abordar conceitos e conteúdos, de forma a possibilitar o aprofundamento do tema.

Recorda-se também que a matriz curricular dos cursos reflete a realidade local de onde os cursos estão inseridos. Porém, isso não é justificativa para não abordar temas relacionados à documentação digital, visto que é uma realidade em todo o país. Sendo assim, aponta-se a urgência de que os cursos preparem os alunos para lidar com a transformação digital na gestão documental.

Como próximas pesquisas, indica-se a realização de um levantamento de artigos relacionados à preservação digital de modo a compreender todos os periódicos relacionados diretamente à área em busca de mais temas e conceitos; de trabalhos publicados dentro da temática relacionando quais contribuições podem ser trazidas para o contexto de sala de aula; e por fim como o estudo da Preservação Digital nos cursos de Arquivologia impacta na produção de mais conhecimento sobre a temática.

Referências

- ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. **Sobre a revista**. 2023. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/about>. Acesso em: 15 maio 2023.
- ANDRADE, F. L.; CHAGAS, C. A. Repositórios digitais confiáveis: a verificação de compatibilidade entre modelos internacionais de critérios de preservação digital no longo prazo e o RDC-Arq. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 33, n. 66, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1177>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- ANDRADE, R. S. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49970>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ARAUJO, R. O. de; FINAMOR, M. S. Digital Curation: Archivists' roles and responsibilities. **Informação@Profissões**. v. 6, n. 1 (2017); 44-68, 2017, 24.2: 68-44. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/31381>
- ARELLANO, M. N.; ANDRADE, R. S. Preservação digital e os profissionais da informação. **DataGramaZero**, v.7, n.5, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5978>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. 2005. 231 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf.

ARQUIVO NACIONAL. **Arquivo Nacional (1889-1930)**. In: Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República. Primeira República (1889 - 1930). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/539-arquivo-nacional#:~:text=O%20Arquivo%20Nacional%20foi%20criado,independente%20e%20estruturar%20suas%20institui%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BARBEDO, F.; CORUJO, L.; SANT'ANA, M. **Recomendações para a produção de Planos de Preservação Digital**. Lisboa: DGARQ, 2011. 111p. Disponível em: https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/Recomend_producao_PPD_V2.1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

BELLOTTO, H. L. **O arquivista na sociedade contemporânea**. 2004. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023

BRASIL. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**, aprovado em 3 de abril de 2001- Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002- Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 2, de 9 de abril de 2002, Seção 1, página 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/acesso-a-informacao-1/acoes-e-programas/programas-projetos-e-acoes/projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CASTRO, Andresa M.; CASTRO, Astréa M.; GASPARIAN, D.M. **Arquivística Arquivologia**: arquivística = técnica, arquivologia = ciência. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1988.

CONARQ. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf Acesso em: 13 jun. 2023.

COSTA, C. O. Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.

COSTA, L. C. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2008

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC (2023)**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.

FLORES, D. Transformação Digital por Inovação Sustentada ou Tecnologias Disruptivas em Arquivos. Rio de Janeiro, dez. 2018. **ResearchGate**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331284400>. Acesso em: 17 maio 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (ForGRAD). **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FUNARI, P.P. A. Gestão, preservação e acesso a documentos digitais: patrimônio cultural e diversidade. **Revista Cadernos do Ceom**, 2005, 18.22: 213-230.

GAVA, T. B. S. **Preservação Digital Sistêmica**. Relatório. (Pós-Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 195, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27123/Relat%c3%b3rio%20Final%20de%20Est%c3%a1gio%20P%c3%b3s-Doutoral%20-%20Tania.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2023.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HILL, J. **The future of archives and recordkeeping**: a reader. Facet Publishing, 2011.

HOLLÓS, A. C. Preservação digital: teoria e política. In: **Seminário Internacional de Preservação Digital**, Brasília, DF, n. 5, 2021. Disponível em: <https://eventoscariniana.ibict.br/index.php/sinpred/article/view/64>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LOPES, L. C. A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, o estrangeiro. **Revista Contracampo**, 1997, 01.

MACIEL, F. M. P. V. Tutorial de recomendações para diálogos bem-sucedidos em preservação digital. In: **Seminário Internacional de Preservação Digital**, Brasília, DF, n. 6, p. e023007, 2023. Disponível em: <https://eventoscariniana.ibict.br/index.php/sinpred/article/view/120>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MARIZ, A. C. A.; AGUIAR, A. F. S. O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, 2013, p.205-222. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/o-curso-de-arquivologia-da-unirio-breve-historico-caracteristicas-e-sua-importancia-no-cenario-da-arquivologia-brasileira/>. Acesso em: 17/11/2023.

MARQUES, A. A. C. **a Arquivologia Brasileira**: em busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; NOUGARET, C. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2018, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/95TFG3vZBqThxk6ds63pGyb/?format=pdf&lang=pt>.

MELO, J. H. Tecnologia e Formação do Arquivista: a Experiência do Curso de Arquivologia Da UEPB. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, 2019, 14.3. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/46696>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Metodologia do Qualis Referência - Quadriênio 2017-2020**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/metodologia-do-qualis-referencia-quadrienio-2017-2020>. Acesso em: 15 maio 2023.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R.. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?format=pdf&lang=pt>

PRATER, S. How to Talk to IT about Digital Preservation. **Journal of Archival Organization**. V.15, 21 p. 2018. DOI: 10.1080/15332748.2018.1528827. Disponível em: <https://minds.wisconsin.edu/bitstream/handle/1793/78844/How%20to%20Talk%20to%20IT%20about%20Digital%20Preservation.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SANTOS; H. M.; FLORES, D. Da preservação Digital ao acesso à informação: uma breve revisão. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, 2017, 16-30. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2836>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SOUTO, D. V. B.; CALDERON, W. R.; SILVA, T. P. Arquivística versus Arquivologia: apenas um confronto terminológico? In: LUNARDELLI, R. S. A.; ARAUJO, N. C.; VIGNOLI, R. G. **Arquivologia: saberes docentes e discentes**. Londrina: EDUEL, 2013, p. 11-31.

SOUZA, L. G. S.; AGANETTE, E. C. Política de preservação de documentos digitais: análise da estruturação e proposta de um procedimento operacional. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 51, n. 1, 2022. DOI: 10.18225/ci.inf.v51i1.5618. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5618>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. v.1. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Ceará, 2015, 110p.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 160p.

THE INTERPARES 1 **Project**. [S. l.], 2002. Disponível em: <http://www.interpares.org/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

UNESCO. Biblioteca Nacional de Austrália. **Directrices para la preservación del patrimonio digital**. Canberra: Biblioteca Nacional de Austrália, 2003. 176p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000130071_spa&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_157360ca-adf2-4c7a-bf1c-1b6e703c52b6%-3F_%3D130071spa.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000130071_spa/PDF/130071spa.pdf#%5B%7B%22num%22%3A142%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C-229%2C862%2C0%5D. Acesso em: 21 nov. 2023.

UNESP (Franca). Pró-reitoria de Graduação. **Orientações teórico-práticas sobre Projeto Político-Pedagógico**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/orientacoes-elaboracao-de-plano-de-ensino---prograd.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

VARGAS; A. L.; MORAES, M. F. Discussões preliminares sobre a preservação digital em saúde: o caso dos prontuários eletrônicos ambulatoriais. In: **Simpósio Internacional de Arquivos**, SP, 2020. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/847251/SIA-47-1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.